



Danielly Cristina Araújo Gontijo

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/8991489386093742>

ID Lattes: **8991489386093742**

Última atualização do currículo em 08/12/2023

Doutora em Direito Constitucional - Direitos Fundamentais, pela Faculdade de Direito da Universidade do Porto, em Portugal. Pesquisadora externa da Universidad de León, na Espanha. Mestre em Ciências Jurídico-Políticas pela Faculdade de Direito da Universidade do Porto, em Portugal. Advogada pública - Procuradora Federal. Professora IDP Online. Sócia fundadora do Instituto de Direito Administrativo Sancionador Brasileiro - IDASAN. Sócia fundadora do Instituto Empoderar. **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome	Danielly Cristina Araújo Gontijo
Nome em citações bibliográficas	GONTIJO, D. C. A.
Lattes iD	http://lattes.cnpq.br/8991489386093742

Endereço

Endereço Profissional	Advocacia-Geral da União, Procuradoria-Geral Federal. Quadra SAUS Quadra 3, Lote 5/6 Asa Sul 70070030 - Brasília, DF - Brasil Telefone: (61) 20268875
------------------------------	---

Formação acadêmica/titulação

2014 - 2022	Doutorado em Direito. Faculdade de Direito da Universidade do Porto, FDUP, Portugal. Título: A reconfiguração da privacidade em ambiente laboral público, em especial quanto às medidas de controle interno estatais: uma, Ano de obtenção: 2022. Orientador: Luísa Neto. Palavras-chave: Direitos Fundamentais; Privacidade e Proteção de Dados; Relações de Sujeição Especial; Controle Interno estatal; Servidor público. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público / Especialidade: Direito Administrativo. Setores de atividade: Atividades jurídicas, de contabilidade e de auditoria; Administração pública, defesa e seguridade social.
2012 - 2014	Mestrado em Ciências Jurídico-Políticas. Faculdade de Direito da Universidade do Porto, FDUP, Portugal. Título: O direito fundamental de acesso à justiça: em especial, as ações previdenciárias sem prévio requerimento administrativo no contexto brasileiro, Ano de Obtenção: 2014. Orientador: Luísa Neto.
2011	Especialização em andamento em Direito Constitucional. (Carga Horária: 390h). Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal, UNIDERP, Brasil.
2005 - 2005	Aperfeiçoamento em Direitos Humanos: Teoria e Prática. (Carga Horária: 30h). Fundação Getúlio Vargas, FGV, Brasil. Título: Sem monografia. Ano de finalização: 2005. Orientador: Sem monografia.
1999 - 2003	Graduação em Direito. Faculdades Milton Campos, FMC, Brasil. Título: A responsabilidade civil do médico no dano estético. Orientador: Maria Antônia de Oliveira Cândido.

Formação Complementar

2018 - 2018	Curso Online de Investigações Internas de Compliance. (Carga horária: 4h). Legal Ethics Compliance, LEC, Brasil.
2017 - 2018	

Curso Online de Compliance Anticorrupção. (Carga horária: 35h).
Legal Ethics Compliance, LEC, Brasil.
Solução Pacífica de Conflitos. (Carga horária: 100h).
Instituto para o Desenvolvimento Democrático, IDDE, Brasil.
Curso de Sindicância Patrimonial. (Carga horária: 20h).
Escola da Advocacia-Geral da União, EAGU, Brasil.

2017 - 2017

2016 - 2016

Atuação Profissional

Procuradoria-Geral Federal, PGF, Brasil.

Vínculo institucional

2007 - Atual

Outras informações

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Procuradora Federal, Carga horária: 40 - Atuação como Procuradora junto ao INSS de 11.2007 a 08.2011 - Procuradora parecerista da Divisão de Assuntos Disciplinares da PGF de 09.2011 a 09.2012 - Procuradora responsável pelo Grupo de Assuntos Disciplinares da PGF de 09.2012 a 08.2015 - Procuradora-Chefe substituta da Divisão de Assuntos Disciplinares de 10.2012 a 08.2015 - Procuradora-Chefe da Divisão de Assuntos Disciplinares de 12.2015 a 08.2018

Controladoria-Geral da União, CGU/PR, Brasil.

Vínculo institucional

2023 - Atual

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Diretora de Recursos de Acesso à Informação, Carga horária: 40

Autoridade Nacional de Proteção de Dados, ANPD, Brasil.

Vínculo institucional

2020 - 2023

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Coordenadora - Assessoria Jurídica

INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA, IDP, Brasil.

Vínculo institucional

2022 - Atual

Outras informações

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Professora Pós graduação de Direito Administrativo

Presidência da República, PR, Brasil.

Vínculo institucional

2018 - 2019

Outras informações

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Assistente Técnico - Assessoria de Compliance

Assistente técnico na Assessoria de Compliance - posteriormente Diretoria de Governança - da Casa Civil da Presidência da República, responsável pela elaboração do primeiro Plano de Integridade da Casa Civil.

Universidad de León, ULE, Espanha.

Vínculo institucional

2019 - 2019

Outras informações

Vínculo: Pesquisador externo, Enquadramento Funcional: Estágio doutoral Pesquisa para tese de doutorado orientada pela Professora Dra. Anabelén Casares Marcos da Facultad de Derecho da Universidad de León.

Ministério da Educação, MEC, Brasil.

Vínculo institucional

2019 - 2020

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Ouvidora, Regime: Dedicção exclusiva.

Corregedoria-Geral da Advocacia da União, CGAU, Brasil.

Vínculo institucional

2020 - 2021

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Procuradora Federal

Áreas de atuação

1. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público.
2. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público/Especialidade: Direito Administrativo.

Idiomas

Inglês	Compreende Razoavelmente, Fala Razoavelmente, Lê Razoavelmente, Escreve Razoavelmente.
Espanhol	Compreende Razoavelmente, Fala Pouco, Lê Razoavelmente, Escreve Pouco.

Produções

Produção bibliográfica

Artigos completos publicados em periódicos

Ordenar por

Ordem Cronológica



1. ★ **GONTIJO, D. C. A.**. A indenização por danos morais à pessoa jurídica com fins lucrativos: uma análise sob a perspectiva brasileira e portuguesa. *Revista Magister Direito Empresarial, Concorrencial e do Consumidor*, v. 58, p. 109-121, 2014.
2. **GONTIJO, D. C. A.**. Há uma lógica jurídica? Anotações sobre a teoria de Chaím Perelman. *Boletim Conteúdo Jurídico*, v. VI, p. s/n-s/n, 2014.
3. **GONTIJO, D. C. A.**. Breves notas sobre a defesa da concorrência na União Europeia. *Boletim Conteúdo Jurídico*, v. VI, p. s/n-s/n, 2014.
4. **GONTIJO, D. C. A.**. Da (suposta) discricionariedade da autoridade administrativa no julgamento dos procedimentos disciplinares punitivos. *Boletim Conteúdo Jurídico*, v. VI, p. s/n-s/n, 2014.
5. **GONTIJO, D. C. A.**. Bitributação internacional: as medidas internas e internacionais para evitá-la ou diminuí-la. *Boletim Conteúdo Jurídico*, v. VI, p. s/n-s/n, 2014.
6. **GONTIJO, D. C. A.**. Posição hierárquica dos tratados internacionais em matéria tributária em face da lei interna brasileira. *Boletim Conteúdo Jurídico*, v. VI, p. s/n-s/n, 2014.
7. **GONTIJO, D. C. A.**. Tratados internacionais em matéria tributária: os métodos para evitar ou diminuir a bitributação internacional. *Boletim Conteúdo Jurídico*, v. VI, p. s/n-s/n, 2014.
8. **GONTIJO, D. C. A.**. O silêncio da Administração. *Boletim Conteúdo Jurídico*, v. VI, p. s/n-s/n, 2014.
9. **GONTIJO, D. C. A.**. Anotações sobre o Neoconstitucionalismo. *Boletim Conteúdo Jurídico*, v. VI, p. s/n-s/n, 2014.
10. ★ **GONTIJO, D. C. A.**. O novo Direito Administrativo: uma criatura de Dr. Frankenstein?. *Fórum Administrativo*, v. 14, p. 9-21, 2014.

Livros publicados/organizados ou edições

1. ★ **GONTIJO, D. C. A.**. O direito fundamental de acesso à justiça: em especial as ações previdenciárias sem prévio requerimento administrativo no contexto brasileiro. 1. ed. São Paulo: LTr, 2015. v. 1. 127p .
2. ★ **GONTIJO, D. C. A.**. A primeira fase do exercício o poder disciplinar, à luz da Lei nº 8.112/90 (da ciência dos fatos ao juízo de admissibilidade). 1. ed. São Paulo: ABDE, 2014. v. 1. 137p .

Capítulos de livros publicados

1. **GONTIJO, D. C. A.**; DENYS, D. V. S. B. . Investigação preliminar sumária no Poder Executivo Federal: fim da sindicância investigativa?. In: Ana Maria Rodrigues Barata; Danielly Cristina Araújo Gontijo; Flávio Henrique Unes Pereira. (Org.). *Direito Administrativo Sancionador Disciplinar*. 1ed.Rio de Janeiro: CEEJ, 2021, v. , p. 203-231.

Textos em jornais de notícias/revistas

1. **GONTIJO, D. C. A.**; SILVA, V. P. . 'Sigilo de 100 anos' e a tênue linha entre a transparência, a publicidade e a proteção de dados. *Migalhas*, 07 mar. 2023.
2. **GONTIJO, D. C. A.**; OLIVEIRA, R. R. V. . Compliance de dados pessoais na Administração Pública e medidas de segurança. *Jota*, 06 dez. 2022.
3. **GONTIJO, D. C. A.**; OLIVEIRA, R. R. V. . Compliance de dados na administração e incidentes de segurança. *Jota*, 23 nov. 2022.
4. **GONTIJO, D. C. A.**; OLIVEIRA, R. R. V. . Compliance de dados na administração: compartilhamento de dados pessoais. *Jota*, 08 nov. 2022.
5. **GONTIJO, D. C. A.**; OLIVEIRA, R. R. V. . Programa de compliance de dados da administração e os direitos do titular. *Jota*, 25 out. 2022.
6. **GONTIJO, D. C. A.**; OLIVEIRA, R. R. V. . Compliance de dados pessoais na administração: conformidade do tratamento. *Jota*, 11 out. 2022.
7. **GONTIJO, D. C. A.**; OLIVEIRA, R. R. V. . Compliance de dados pessoais na Administração: necessidade de capacitação. *Jota*, 20 set. 2022.

8. **GONTIJO, D. C. A.**; OLIVEIRA, R. R. V. . O papel da liderança no compliance de dados pessoais na administração pública. Jota, 06 set. 2022.
9. **GONTIJO, D. C. A.**; OLIVEIRA, R. R. V. . Proteção de dados pessoais, TCU e contexto organizacional da administração. Jota, 24 ago. 2022.
10. **GONTIJO, D. C. A.**; OLIVEIRA, R. R. V. . Proteção de dados, TCU e a preparação da Administração para se adequar à LGPD. Jota, Brasília, 09 ago. 2022.

Eventos

Participação em eventos, congressos, exposições e feiras

1. Capacitação 3C - Escola da AGU. Dados pessoais: Conceitos e Bases Legais de Tratamento Previstas na LGPD. 2022. (Exposição).
2. TV Anafe.ANPD e o direito fundamental à proteção de dados pessoais. 2022. (Encontro).
3. VII Congresso de Direitos Humanos de Coimbra. Autoridades de Proteção de dados: regulação ou garantia?. 2022. (Congresso).